

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Carolina Moreira Santanna Alves¹
Jade Carolina Lopes da Silva¹
Mikaela Patrícia Gomes Rocha¹
Ramyla Carla Francisca Amaral¹
Rayany das Graças Silva Correia¹
Fernanda Bicalho Pereira²
Alcione Januária Teixeira da Silveira²

cionepsi@hotmail.com

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; LGBTQIA+; saúde.

INTRODUÇÃO

Segundo Carvalho (2019), a sigla LGBTQIA+, possui uma historicidade própria e é resultado dos debates ocorridos pelo próprio movimento visando a promoção, inclusão e visibilidade aos envolvidos. Tal sigla, representa lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexo e assexuais. O direito à saúde no Brasil é fruto da luta do movimento da reforma sanitária e está garantido na constituição de 1988. No texto constitucional, a saúde é entendida de forma mais ampla do que apenas assistência médica. Nesse conceito, a saúde é o resultado do acesso das pessoas e comunidades aos bens e serviços públicos proporcionados por políticas sociais universais (BEZERRA, 2019). Em 2010, o Ministério da Saúde do Brasil, lançou a Política Nacional Integral do público LGBTQIA+, proporcionando um avanço significativo no atendimento destes na área da saúde. Todavia, esse público ainda sofre diversas formas de preconceitos nos atendimentos como condutas inadequadas, atendimento discriminatório/desigual, constrangimentos e até mesmo ofensas verbais por parte dos profissionais deste setor. Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas voltadas ao público LGBTQIA+ no atendimento da saúde pública brasileira.

METODOLOGIA

A pesquisa tem estudo de revisão bibliográfica realizada em junho de 2022 onde foram utilizados artigos pesquisados nas plataformas de busca Google Acadêmico, Scielo e cartilhas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde. Os descritores utilizados foram: políticas públicas; LGBTQIA+; saúde.

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia – Univértix – Centro Universitário.

² Psicóloga e professora do Curso de Psicologia – Univértix – Centro Universitário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pesquisas enfatizam o fato de uma forte discriminação e preconceito quando relacionado aos atendimentos com pessoas transexuais, muitos profissionais não respeitam suas identidades ou até mesmo deixam de atender essas pessoas. Entretanto, são trabalhados alguns métodos com o intuito de melhorar o atendimento à esse grupo, como a educação sobre essa temática para os profissionais de saúde, com o intuito de combater a discriminação e os demais preconceitos (SILVA *et al.*, 2020). Os autores Da Silva e De Luiz (2021), relatam que uma das maiores dificuldades da PNSI LGBT é o investimento financeiro para a qualificação dos profissionais de saúde para melhor atender as demandas de saúde do público LGBTQIA+. Atualmente houve certo avanço em relação à promoção de saúde desse público, onde as políticas não são somente focadas no combate e prevenção as IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e AIDS. LGBTQIA+ é "estar diariamente exposto ao ódio e à intolerância de todos aqueles que se julgam no direito de "discordar" das identidades sexuais e de gênero que fogem à norma cisgênero heterossexual" (CARVALHO e BARRETO, 2019, p. 4062). As políticas de saúde que são voltadas para o público LGBTQIA+ no passar dos anos foram conquistando cada vez mais vitórias, a mais recente foi a ampliação do atendimento médico a população transexual pela rede de saúde pública, onde passam a receber tratamentos referentes a sua sexualidade transexual (DA SILVA e DE LUIZ, 2021). Sabendo que a população LGBTQIA+ sofre por conta da homofobia é necessário que o Estado crie políticas públicas eficazes e eficientes para romper com essas barreiras geradas pelo preconceito vivenciado e possibilitando a essas pessoas promoção de saúde dignas, respeitando sua individualidade e sua sexualidade (BEZERRA *et al.*, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário que Estado desenvolva cursos de qualificação aos profissionais de saúde para que estes possam ofertar uma promoção de saúde de forma eficiente e humanizada a esse público alvo. Podemos notar um grande avanço nas políticas de saúde da população LGBTQIA+, mas ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que essa população tenha todos os seus direitos respeitados e atendidos. Por fim, a população LGBTQIA+ sofre ainda com o preconceito de gênero na sociedade em todos os âmbitos da sua vida, e o Estado tem o dever de romper com esses preconceitos no que tange a promoção de saúde dessa população. A promoção e prevenção de saúde é dever do Estado e direito da população, por isso não se deve ter preconceitos e discriminação no que refere a disponibilização de saúde a sociedade civil (DOS SANTOS e LIMA *et al.*, 2020).

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Marcos Vinicius da Rocha *et al.* **Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva.** Saúde em Debate [online]. *Anais do FAVE – Fórum Acadêmico da Univértix, Matipó, v.2, outubro, 2022.*

2019, v. 43, n. spe8 Acesso em: 02 de maio de 2022 , pp. 305-323. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042019S822>>. Epub 07 Ago 2020. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S822>.

CARVALHO, Angelita Alves de e BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos. **A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019?**. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 26, n. 09, pp. 4059-4064. Acesso em: 24 de abril de 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.12002021>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.12002021>.

DA SILVA ALBERTON, Giuliana Victória; DE LUIZ, George Moraes. **PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO TRANSGÊNERO**. TCC-Psicologia, 2021. Acesso em: 18 de abril de 2022. Disponível em: <http://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/940/916>

DOS SANTOS, Edilson Lima *et al.* **Dificuldades enfrentadas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros ao atendimento no Programa de Saúde da Família**. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, p. e193997024-e193997024, 2020. Acesso em: 15 de abril de 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7024/6325>

SILVA, Amanda de Cassia Azevedo da *et al.* **Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil**** Estudo desenvolvido como parte do projeto de mestrado da primeira autora, que contou com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Pesquisa financiada pelo Ministério da Saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online]. v. 24 Acesso em: 18 de abril de 2022 , e190568. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.190568>>. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/Interface.190568>.